

Costa Couto avisa que Sarney ainda não abriu mão do presidencialismo

Da Sucursal de Brasília e do enviado especial



O presidente José Sarney recusou de sua disposição de negociar a opção de sistema de governo a vigorar na nova Constituição. Ele está convencido de que o presidencialismo é a melhor solução para o país e vai "lutar" junto ao Congresso constituinte pela sua manutenção. Depois de um fim-de-semana marcado por reuniões entre Sarney e representantes do "grupo parlamentarista", o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse ontem, às 18h40, que "ninguém convenceu" Sarney da opção parlamentarista.

"Vamos deixar de hipocrisia. Estamos lutando pelo que o governo acredita. O governo está trabalhando mesmo, está atuando com todo respeito à Constituinte. Imperdoável seria que o governo se omitisse em questões tão graves para o Brasil", disse Costa Couto após encontro com Sarney no Palácio do Alvorada.

A "multiplicidade de propostas" dos parlamentaristas teria dificultado o entendimento com o presidente. "Está claro que os próprios parlamentaristas, ortodoxos ou não, não se



O ministro Ronaldo Costa Couto dá entrevista na frente de sua casa em Brasília

entenderam", afirmou o ministro. Costa Couto disse que Sarney comentou a "dificuldade de uma conclusão sobre o tema" já que existem doze emendas diferentes sobre o sistema parlamentar. Duas pré-condições para a implantação do sistema — o voto distrital e a possibilidade de o chefe de Estado dissolver a Câmara dos Deputados — estão excluídas de muitas propostas.

"A menos que lhe sejam colocados argumentos irresistíveis, o presidente continua firme na sua posição de defesa do presidencialismo não imperial com cinco anos e o fortalecimento do Congresso Nacional", disse

Costa Couto. Ao receber na biblioteca do Palácio do Alvorada o líder do PFL no Congresso constituinte, deputado José Lourenço (BA), pouco depois das 20h de sábado, Sarney recomendou: "Diga a eles que, por uma questão de honra, quem se considerar meu amigo deve votar no presidencialismo".

O recado foi enviado para as múltiplas facções parlamentaristas que Lourenço encontraria, a seguir, no apartamento do deputado Alceni Guerra (PFL-PR). Neste encontro, o grupo, consensualmente, viu no presidente Sarney o lastro personalizado da transição entre o presidencialismo

e parlamentarismo. Mas o período desta transição causou discórdia. Entre a possibilidade da implantação imediata, defendida pelo grupo do senador Mário Covas (PMDB-SP), e a implantação gradual em três anos, do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), há várias receitas cronológicas.

Mesmo assim, Costa Couto disse que Sarney "nunca mudou de idéia" a respeito dos cinco anos para seu mandato, descartando, assim, a proposta gradualista que prevê um mandato de seis anos. Brasília experimentou ontem uma maratona de reuniões em que os parlamentaristas procuravam afinar suas propostas. Pela manhã, o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), reuniu vinte integrantes "progressistas" de sua bancada, voltando a encontrá-los à tarde.

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), fez o mesmo com os integrantes de seu partido na Comissão de Sistematização, enquanto o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reuniu as lideranças do PDS, PTB, PMDB e PFL na hora do almoço.

"Se a Assembléia Nacional Constituinte com uma maioria muito expressiva se convencer de que o sistema parlamentarista é o melhor para o país, o presidente não será obstáculo para sua instalação", disse Costa Couto.

Relator propõe o repasse do ITR à reforma agrária

Da Sucursal de Brasília

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), decidiu transferir para a União o produto da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) e transformá-lo num fundo para viabilizar a reforma agrária. O imposto seria cobrado de forma progressiva, taxando mais as grandes propriedades. As duas questões foram acertadas em reunião realizada ontem de manhã na casa do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, com a presença do ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), um dos participantes, disse que Cabral manteve a destinação de 46% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os Estados e municípios, apesar da posição contrária do governo federal. Já o deputado José Serra (PMDB-SP) disse que este ponto ainda não está definido pelo relator. Cabral só confirmou a destinação de 3% para um fundo especial de investimento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Costa Couto promoveu a reunião para mostrar aos parlamentares a posição do governo sobre a parte tributária do substitutivo.

Nazareth diz que pesquisa nuclear tem fim pacífico

Da Sucursal do Rio

O presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Rex Nazareth Alves disse, às 14h de ontem, por telefone, no Rio, que o projeto de geração de combustível para submarinos nucleares não retira o caráter pacífico do programa nuclear desenvolvido no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), em São Paulo. O programa conseguiu, por ultracentrifugação, o enriquecimento de urânio a 1,2%. Segundo Nazareth, a propulsão nuclear "é considerada atividade não proscribida". Ele embarcou ontem à noite para Viena (Áustria), onde participará de reuniões da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea).

Nazareth disse não saber da reação dos membros da Aiea à notícia de que o Brasil conseguiu enriquecer urânio com tecnologia própria.

Sarneyzistas disputam poder de articulação

Da Reportagem Local

O deputado federal Prisco Viana (PMDB-BA), 53, de centro (segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" no dia 19 de janeiro), reclamou, há cerca de dez dias, com o presidente José Sarney — seu amigo particular — do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), 69, de centro-esquerda. Prisco e Expedito lutam no Congresso constituinte pelos mesmos objetivos — as posições de Sarney, principalmente pela manutenção do presidencialismo —, mas o deputado baiano foi se queixar ao presidente de que "ele [Expedito Machado] só manobra oito votos na Constituinte".

A irritação de Prisco com Expedito é apenas uma das muitas que têm irrompido no grupo de senadores e deputados empenhados, no Congresso constituinte, na defesa dos interesses do presidente da República. Um dos

alvos prediletos das reclamações é o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que Prisco e outros políticos experientes julgam excessivamente conciliador para enfrentar o verdadeiro tiroeteio de declarações em que se transformou o debate sobre os pontos mais polêmicos da próxima Constituição (entre eles o sistema de governo, a anistia para militares e o mandato presidencial).

Convenção

O desapontamento com Costa Couto não é novidade. Na manhã de 18 de julho, a um canto do plenário da Câmara, Prisco Viana ficou sabendo que assessores do chefe do Gabinete Civil temiam que a Convenção Nacional do PMDB levasse à votação a questão do mandato de Sarney. "Isso é raciocínio do pessoal do Costa Couto. O melhor seria que votássemos, pois a maioria dos convencio-

nais ficaria com o mandato de cinco anos como o Sarney quer". No Gabinete Civil da Presidência havia, efetivamente, o temor de que um discurso mais arrebatado do líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), pudesse levar a Convenção a reduzir a quatro anos o atual mandato presidencial. Prisco não acreditava nessa possibilidade e, quando os os convencionais votaram pelo adiamento de uma decisão sobre o mandato, o deputado baiano considerou o resultado uma derrota para o Palácio do Planalto.

Sant'Anna

Prisco Viana prefere conduzir as articulações pró-Sarney, no Congresso constituinte, com políticos de mais traquejo no Congresso do que Expedito Machado e Ronaldo Costa Couto. Isso o aproximou do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

(Roberto Lopes)